

A formação do arquivista na sociedade da informação

José Maria Jardim

Universidade Federal Fluminense

Universidade do Futuro

E-mail: jmjardim@cruiser.com.br

RESUMO

A formação do arquivista na sociedade da informação suscita diversas questões relacionadas à função social deste profissional e às características do conhecimento arquivístico. A construção e desenvolvimento de programas de formação na área implicam no reconhecimento da diversidade que envolve as concepções de Arquivística e do perfil do arquivista.

PALAVRAS-CHAVE: arquivista, profissionais da informação, Arquivística, formação profissional.

O debate atual em torno do fenômeno informacional envolve uma enorme diversidade de **atores** em variados **cenários**: o Estado, a sociedade, o mercado, a ciência, a tecnologia, a cultura, etc.

Considera-se que a informação, especialmente em países do capitalismo central, constitui um fator estruturante da sociedade e insumo básico da produção intelectual, cultural e econômica. A quantidade e qualidade da informação a serviço de uma sociedade seriam os elementos que a caracterizariam uma "sociedade da informação". Este é um conceito que encontra várias abordagens, presentes na perspectiva acadêmica ou nas políticas nacionais sobre o tema. Seja como for, a emergência da sociedade da informação - em suas diversas e desiguais configurações em países ricos e pobres - deveria assegurar que a informação e tecnologia disponíveis possam contribuir para os benefícios sociais da produção e aplicação do conhecimento, além da necessidade de cultura e a educação para utilização eficaz das novas tecnologias.

Parece tentador sugerir que neste quadro os profissionais da informação, entre os quais os arquivistas, têm um futuro promissor e inexoravelmente garantido. No entanto, esta possibilidade talvez só possa ser concretizada a partir do reconhecimento e intervenção do arquivista nas transformações em curso. Tal intervenção ganha formas diferenciadas em função dos diversos campos de ação do arquivista: nos serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, na universidade, nas associações profissionais e, é claro, como ator-cidadão na sociedade em que se insere.

Nos últimos vinte anos a comunidade arquivística internacional tem se confrontado com as diversas implicações desse processo histórico.

Como agentes e sujeitos destas transformações, os arquivistas vêm-se obrigados a debruçarem-se sobre a Arquivística em três dimensões que se integram ou seja: **o conhecimento arquivístico, as organizações arquivísticas e o próprio arquivista**. Na interseção

destas três dimensões, encontra-se o **ensino e a investigação arquivísticos** tendo como principais atores o futuro **arquivista** e o **arquivista como docente e pesquisador**. Ambos se inserem num cenário em cujo macrocosmo social localizam-se a **Universidade**, as **organizações arquivísticas** e as demandas que legitimam uma **profissão** à medida em que esta assume tarefas socialmente relevantes. Em consequência, nos últimos anos, os aspectos relativos ao ensino arquivístico vêm ocupando um espaço significativo na discussão em torno do que são hoje a **Arquivística, o arquivista, as organizações arquivísticas** e suas perspectivas.

Tais inquietações remetem-nos, portanto, a uma questão fundamental: o próprio conceito de Arquivística ao qual encontram-se referidos os projetos de formação do arquivista.

De que falamos quando falamos em Arquivística?

A história dos arquivos e da Arquivística pressupõe reconhecermos a emergência de um tipo de organização que, a partir do século XVIII, rompe com os tesouros do príncipe e do papa medievais ou o "gabinete de curiosidades" do homem culto renascentista. Tais instituições nascem associadas à invenção do Estado nacional europeu e a necessidade de construção de uma memória nacional que desse suporte à nacionalidade como componente ideológico do Estado burguês nascente.

A partir do século XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma **nação** que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de **patrimônio histórico/cultural** insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria. Os Arquivos nacionais, Bibliotecas Nacionais e Museus Nacionais são produto e produtores da construção desse patrimônio.

Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivística permite-nos abordá-la como um **saber de Estado**. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivística com forte caráter de saber **do e para** o Estado. A Arquivística, nesta perspectiva, pode ser interpretada, inclusive, como uma das narrativas do Estado europeu e norte-americano. Constitui parte daqueles escritos que, "longe de serem simples descrições teóricas, são verdadeira prescrições práticas". [1]

Historicamente, a Arquivística tem sido produzida e reproduzida no aparelho de Estado, em especial nas instituições arquivísticas. Esta tendência se reflete ainda no modelo curricular predominante na formação dos profissionais da área, historicamente uma iniciativa dos arquivos públicos.

Cada campo do conhecimento tem seus ciclos de transformação e redefinição de paradigmas. E com a Arquivística não seria diferente. Claro, esta afirmação encontra-se relacionada ao que se entende por Arquivística. E isto varia conforme a maneira pela qual este campo desenvolveu-se em distintas sociedades. Não podemos negligenciar a diversidade teórica e prática que marca o campo arquivístico.

Não há um consenso internacional do que seja a Arquivística e um arquivista. Para muitos, a Arquivística é uma ciência, enquanto para outros trata-se de uma disciplina ainda marcada pelo empirismo. Uma terceira corrente tende a considerá-la uma disciplina científica em profundas transformações.

No mundo anglo-saxônico, por exemplo, diferentemente de outras experiências, um arquivista é alguém que se ocupa exclusivamente da administração de arquivos permanentes enquanto os gestores de documentos voltam-se para as fases iniciais do ciclo informacional arquivístico: produção, tramitação, arquivos correntes e intermediários.

Determinadas linhas de pensamento não aceitam a **informação** como objeto da Arquivística. Esta corrente privilegia o documento físico enquanto parte de um conjunto orgânico.

A associação entre arquivos e memória continua hegemônica no pensamento e práticas arquivísticas. Esta fórmula teoricamente frágil, mas norteadora de várias práticas produz uma noção de memória que a identifica como algo arqueologizável, coisa que se resgata e, de forma ainda mais equivocada, como uma construção do arquivista.

Da mesma forma, continua hegemônica a relação entre a Arquivística e o Estado: predomina a sua vocação como **saber de e para** o Estado. Isto se reflete, por exemplo, na configuração do Conselho Internacional de Arquivos, constituído sobretudo pelos arquivos públicos, em especial os arquivos nacionais.

A perspectiva contra-hegemônica à esta visão vem se delineando de forma mais incisiva nas universidades dedicadas a um projeto pedagógico solidamente associado à investigação em Arquivística.

Esta perspectiva emergente tende a reconhecer que a Arquivística deixou de ser uma ciência auxiliar da história para converter-se em uma disciplina no campo das ciências da informação, marcada pela sua autonomia e uma forte interdisciplinaridade. Como tal, a informação - e não apenas o documento - tende a tornar-se objeto da Arquivística.

A tais elementos, soma-se a idéia de que a Arquivística estaria sob uma **era pós-custódia**. Sem excluir o foco tradicional do arquivista sobre o documento físico, a ênfase estaria deslocada para o contexto, a proposta, as interações, o processo de produção da informação e seu produtor, independentemente do local físico onde tal ocorra. Como nos lembra COOK[2] ,

“o fundamento de todo empreendimento arquivístico se deslocou, neste século, do artefato físico do documento e sua organização aos processos conceituais de sua produção, considerando o espectro dos documentos virtuais em um sistema informático, as novas propostas de macroavaliação que se baseia nas funções, a descrição relacional de fundos produtores múltiplos, as propostas da época pós-custódia do “arquivos sem fronteiras” em uma rede Internet de alcance mundial”.

Em sua etapa pós-custodial, a teoria arquivística já não estaria mais buscando, neste fim de século, legitimar-se nas teorias e modelos estatais.

Alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da **pós-custódia arquivística**, mas também partirmos do modelo **“arquivos direcionados para os arquivistas”** para **“arquivos direcionados para os usuários”** enfatizando, cada vez mais que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes.

Os últimos Congressos Internacionais de Arquivos, entre outros eventos de repercussão na área, são expressivos do processo por que passa a Arquivística atualmente.

No Congresso do CIA, em 1988, em Paris, abordou-se o tema dos documentos produzidos pelas novas tecnologias da informação. Os variados aspectos referentes à atuação do arquivista na era da informação foram contemplados no Congresso de 1992, em Montreal. Em 1996, em Beijing, o tema central foi “Os arquivos ante ao final do século: balanços e perspectivas”.

O Congresso Internacional de Arquivos de 2000, sob o título “Os arquivos do novo milênio na sociedade da informação” , contemplou temas como “ a gestão e a utilização dos arquivos eletrônicos no contexto da mundialização, a expansão da disciplina arquivística e, por último, o papel dos arquivos na 'sociedade do ócio' ”. Em doze anos a comunidade arquivística internacional discutiu respectivamente os **documentos, os arquivistas e os arquivos**. A Arquivística - enquanto campo de conhecimento científico - subjaz como objeto de discussão, não constituindo o foco central dos temas abordados.

Embora a disciplina arquivística tenha sido objeto de discussão no último Congresso do CIA, ainda permanece impossível a grande parte da comunidade arquivística internacional aprofundar o debate ocorrido em Sevilha porque até o momento - lamentavelmente - não foram publicadas as Atas desse Congresso, prática corrente nos Congressos anteriores. Seja como for, o tema não é objeto de considerações nas Recomendações do evento.

Mesmo a excelente conferência de Cook no Congresso do CIA de 1996, voltada para a “interação entre a teoria e a prática arquivísticas desde a publicação do manual holandês em 1898” passa ao largo da questão. Cook enfatiza a necessidade de uma história intelectual da profissão de arquivista e dos arquivos. Ao meu ver, porém, a história deste campo do conhecimento requer

também um olhar epistemológico sobre a sua própria configuração como área de conhecimento.

LUIGI[3], por exemplo, observa que “se nota a tendência em direção a um salto qualitativo no ofício do arquivista, deixando de ser um trabalho artesão, por muito qualificado que fosse, para converter-se em uma profissão baseada em uma preparação científica que deverá ser adquirida na universidade antes de se chegar a profissão”. Mas a que corpus de conhecimento científico estaria referida esta preparação científica? Esta questão - não verticalizada por Luigi em sua interessante palestra - é a questão com que seguimos nos defrontando quando pretendemos refletir sobre a formação do arquivista.

Visando romper com a dicotomia Gestão de Documentos/Arquivística, típica dos países anglo-saxônicos, COUTURE [4] propõe uma Arquivística capaz de integrar o valor primário e secundário, ou seja todo o ciclo da informação arquivística. Para que este campo tenha reconhecido o seu lugar e estatuto, entre outros requisitos, propõem-se que reforce suas bases através da pesquisa e da formação profissional.

A abordagem de THOMASSEM[5] é expressiva neste sentido. Para ele, há uma série de novos elementos na formação da novas gerações de arquivistas, já que “entre as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos, a mais estimulante é que a Arquivística deixou de ser uma ciência auxiliar da história para converter-se em uma disciplina autônoma no campo das ciências da informação”. Autonomia marcada por uma forte interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa arquivísticos. Um ensino cada vez mais harmonizado com as demais ciências da informação. E uma nova configuração da Arquivística implicando numa reprofissionalização do arquivista. Num contexto de profundas transformações, o arquivista tem ser formado sobre o paradigma do “aprender a aprender”. “Aprender a fazer” não é mais suficiente para o arquivista da era da informação. Como tal, este não pode ser apenas um reprodutor de conhecimento, mas um produtor de conhecimento.

Tendências internacionais na formação do arquivista

Sobre este tema, tivemos a oportunidade de levantar alguns aspectos por ocasião do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia[6]. Revisitando tais reflexões, julgamos interessante inseri-las neste oportunidade.

No **plano internacional**, algumas tendências sinalizam as transformações emergentes na formação do arquivista. Inicialmente, cabe distinguir **educação** de **capacitação**, ainda que, conforme PEDERSON [7], a preparação para uma profissão compreenda uma mescla de ambas. **Educação** é, neste sentido, tomada como “um processo de instrução sistemática para desenvolver a capacidade intelectual do indivíduo e adquirir um corpo de conhecimento.” Sua ênfase encontra-se no teórico/analítico e no processo e capacidade do sujeito em compreender, comparar, transferir e aplicar conceitos e princípios gerais a uma variedade de situações e problemas específicos. A **capacitação** objetiva dotar os

seus beneficiários de um tipo mais concentrado de instrução para cumprir tarefas definidas, num contexto específico. Visa servir como “meio para se atingir um fim, ou seja, adquirir experiência em um tipo de trabalho e não constituir-se num fim em si mesmo”(*ibid.*, p.6).

Embora desde os anos setenta, a UNESCO e o CIA, venham buscando um modelo válido para todos os países, a formação de arquivistas é marcada por uma **variedade** e **heterogeneidade** que reflete “a evolução do conceito de Arquivística, por uma parte, e das diferentes tradições arquivísticas, por outra”(LÓPEZ GOMEZ, 1994, p.2) [8]. Analisando o “Repertório de Escolas e Cursos de Formação Profissional de Arquivistas” [9], encontramos 155 estabelecimentos de ensino em 43 países de 5 continentes. Segundo estatísticas do CIA, mencionadas por THURSTON [10], haviam em 1996 50 escolas de Arquivística em 21 países.

Observa-se que tais estabelecimentos encontram-se predominantemente inseridos em **universidades** (76%), seguidos de **instituições arquivísticas** (14%) e outras **instituições de ensino independentes, institutos técnicos** ou **associações profissionais** (10%).

Há enormes diferenças entre os ciclos de estudos, condições de admissão dos alunos, quantidade e perfil de corpo docente, duração dos cursos, conteúdo, diplomas etc. Estas diferenças não se evidenciam apenas entre os países, mas dentro de um mesmo país. A estrutura educacional de cada país é, neste sentido, um fator determinante, além do seu grau de reconhecimento social da profissão e suas condições sócio-econômicas, refletindo-se nas características do mercado de trabalho para o arquivista. Observa-se um predomínio de programas que apresentam como requisito uma formação universitária prévia.

Vale observar o significado dessa predominância de programas de formação na **Universidade**. Certamente este quadro assinala o status acadêmico assumido pela Arquivística. No entanto, a função docente da formação profissional não tem sido acompanhada com intensidade da função **pesquisa científica**, conforme ressalta Pederson. São ainda poucos os arquivistas-educadores que assumem a tarefa de desenvolver um corpo de conhecimento arquivístico mediante a pesquisa científica. Como tal, tende a ser pequeno o tempo de dedicação dos alunos a programas de pesquisa em atividades de iniciação científica.

Verifica-se que, em muitas reflexões sobre o destinatário da formação profissional, coloca-se não só a questão sobre **o que é um arquivista**, mas as **funções** que este deverá desempenhar em níveis distintos. COOK[11], sugere ciclos de formação diferenciados para pessoal paraprofissional, de nível profissional e de nível de direção. LÓPEZ GOMEZ entende que há dois níveis distintos: um **técnico** e um **científico** (mais próximo à pós-graduação), envolvendo a pesquisa em Arquivística, a teorização e docência, além das tarefas de planejamento e coordenação. Conforme MENNE-HARITZ [12], a formação de pós-graduação está dirigida à preparação de estudantes para tarefas estratégicas e funções gerenciais. Cabe ressaltar os esforços coordenados pela UNESCO [13] nas últimas décadas no sentido de fixar parâmetros a uma possível **harmonização na formação profissional**

envolvendo Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivística. Não se trata de promover a idéia de que dessas profissões deveria emergir uma única profissão até porque os objetivos, trabalho e formação de cada uma permanecem diferenciados.

“A perspectiva harmonizante não significa formação idêntica para todos: a partir dos seus aspectos comuns trata-se de facilitar o intercâmbio de idéias, um uso mais racional dos recursos de ensino, uma melhor organização do trabalho profissional e, se possível, um aumento da influência dessas profissões sobre os governos e na sociedade em geral. A natureza específica de cada profissão deve ser preservada no contexto das características históricas, culturais, econômicas e políticas de cada país. Não se trata de uma panacéia para cada problema de formação e não deve ser artificialmente imposta”, (UNESCO, 1987, p.1).

Como áreas apropriadas para a **harmonização**, a UNESCO[14], propõe: a noção de informação; políticas de informação; análise de sistemas; administração; estudos de usuário, análise documentária; uso de fontes de informação; conservação, tecnologia da informação e métodos de pesquisa. Alguns documentos já têm sido elaborados com esta perspectiva pela UNESCO como, por exemplo: “Princípios diretores para o ensino do marketing no domínio das ciências da informação” e “Princípios diretores para a redação de objetivos de aprendizagem em biblioteconomia, ciências da informação e arquivísticas.”

A chamada **formação contínua** adquire importância fundamental no quadro de transformações que influenciam a profissão e, por conseguinte, seu processo de formação profissional. Segundo esta perspectiva, conforme THOMASSEN (1994, p. 506), “o conhecimento e a especialização que resulta da educação pode não ser suficiente para mais que alguns anos: a educação profissional não deve terminar”. Neste sentido, a educação contínua coloca-se como uma estratégia de educação profissional pós-preparatória. É a continuidade do processo de aprendizagem, caracterizada pela flexibilidade, diversidade e dinamismo em conteúdo, técnicas de aprendizagem, tempo e local de aprendizagem. É uma função tanto da Universidade, como das associações profissionais e, inclusive, das instituições arquivísticas.

As práticas profissionais e a formação do arquivista tendem a ser norteados pela marca da **interdisciplinaridade** que caracteriza hoje a Arquivística como campo do conhecimento. Não sendo mais considerada “ciência auxiliar” da História ou da Administração, a tendência da Arquivística como uma **disciplina autônoma** acentua a sua interação com outros campos do conhecimento. Conforme assinala THOMASSEN (1994, p.507), “a educação profissional deve freqüentemente cruzar as fronteiras entre assuntos,

especializados, disciplinas tradicionais e profissões afins e entre o mundo do conhecimento e o mundo do trabalho. ... Ela não pode ser excessivamente especializada, específica ou prescritiva”.

Um outro aspecto que talvez venha a ter crescente presença na formação e capacitação arquivística é a educação à distância, favorecida especialmente pela ampliação da Internet. Neste sentido, vale lembrar a experiência da Edith Cowan University (Austrália) na área de educação arquivística à distância [14]. O tema foi objeto de discussão em Pequim (1996)[15].

As possibilidades da educação a distância vêm sendo experimentadas em diversos campos ainda que se reconheçam alguns problemas:

- *estes programas têm sido questionados pela crença dos planejadores de que um programa de educação a distância se faz com um bom módulo escrito acompanhado de exercícios;*
- *um bom programa de educação a distância requer muito mais que isto, exige tomar em conta outros meios e linguagens que formam parte da cultura mediática em que vivemos, como os meios audiovisuais, a rádio, a Internet, e todas as suas variações.*
- *Os programas não vêm sabendo explorar e utilizar ao máximo o potencial que apresentam as novas tecnologias e canais de comunicação disponíveis, e muitas vezes pecam por não reconhecer que a educação a distância não pode tentar traduzir com novas tecnologias os tradicionais paradigmas pedagógicos,*
- *mas requer um trabalho interdisciplinar, entre educadores, comunicadores e especialistas em informática, entre outros, com o objetivo de produzir novas aproximações didáticas que permitam abordar a complexidade do processo de ensino-aprendizagem. (MININNI-MEDINA et al, 1998) [16]*

Diante deste quadro de tamanhas transformações e perspectivas no ensino arquivístico é inquietante que as recomendações do XIV Congresso Internacional de Arquivos tenham sido apenas no sentido de que:

“Las instituciones de archivos y las asociaciones de archiveros promovan el conocimiento y la adhesión a los principios del código deontológico del CIA tal como fue aprobado por la Asamblea General del CIA en su XIII sesión;

Los archiveros fomenten que las universidades impartan cursos de introducción a la archivística dirigidos a los estudiantes de Derecho, Ciencias de la Administración, Ciencias Sociales y Médicas, e Historia, y el CIA desarrolle un modelo para esos cursos introductorios;

Los responsables de las bibliotecas de los archivos aseguren que el acceso está

garantizado em todo momento, disponiindo de los recursos necesarios para proporcionar servicios de referencia;”[17]

A estrutura curricular

A **estrutura curricular** deveria, por princípio, refletir as demandas sociais colocadas atualmente à gestão da informação arquivística. Um dos desafios consiste em elaborar um currículo que contemple as características interdisciplinares da Arquivística contemporânea. Quando esta difícil tarefa não resulta satisfatória, os currículos tendem a formar uma espécie de **colcha de retalhos de diversas áreas do conhecimento sem um núcleo epistemológico consistente**. Acaba-se assim por inserir o educando num percurso fragmentado, levando-o com frequência a questionar a necessária diversidade de disciplinas afins àquelas propriamente arquivísticas. Como resultado, o caráter interdisciplinar da Arquivística dificilmente é vivenciado e apreciado pelo aluno ao longo da sua formação.

A interdisciplinaridade é um empreendimento complexo, sobretudo quando deve ser expressa um projeto pedagógico voltado à formação inicial do arquivista. Pressupõe de um lado, um corpo docente pesquisando em íntimo convívio com a perspectiva interdisciplinar e, por outro, uma qualidade pedagógica que impeça um processo de ensino fragmentado para o aluno. Sem estes cuidados, corre-se o risco de imperar o tecnicismo sobre a dimensão interdisciplinar, a tecnicidade e a cultura científica na formação profissional.

O currículo não é um **produto** mas um **processo** que envolve professores, alunos, egressos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho etc. na sua elaboração e avaliação. Construir ou alterar um currículo pressupõe pesquisar o conjunto de aspectos que envolvam o perfil do profissional que se pretende formar. Isto significa promover promover novas posturas junto aos alunos e professores, sob pena de, em nome de uma proposta curricular até arrojada, conservar-se elementos de uma Arquivística científica e socialmente defasada. O currículo deve ser visualizado não como um ponto de partida, mas como reflexo de uma política educacional que ainda estamos por definir na área.

Tendo como referência as observações de GUIMARÃES [18], a construção de um projeto curricular deve ter em conta o aluno, encarado enquanto **sujeito** de transformações, aliando precisos conhecimentos técnicos aos de ação cultural e científica na consecução de objetivos claros e bem definidos pois só isto lhe conferirá a consciência da sua função social. Por outro lado, chama-nos atenção ainda para o fato de que “não há um profissional a ser formado, mas diferentes profissionais ... o mercado de trabalho não pode e nem deve ser o único elemento norteador das atividades de ensino pois estas transcendem àquele.”

Para finalizar, citando GADOTTI [19], creio ser sempre oportuno lembrar que

“A educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modificá-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, a uma pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. Precisamos de certa incoerência para crescer. Educar-se é colocar-se em questão, reafirmar-se constantemente em relação ao humano, em vista do mais humano para o homem.”

A ordem informacional que resulta da ação do arquivista pode e deve ser parte dessa mesma dialética ordem-desordem inerente aos atos de transformação. E isto nasce no processo de ensinar, investigar e aprender.

Bibliografia

1. BOURDIEU, Pierre. De la maison du roi à la rasin d'État: un modele de la gènese du champ bureaucratique. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**. Paris, v.118, p.55-68, jun. 1997.
2. COOK, Terry. Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandés en 1898. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 13, Beijing, 1996. **Actes...** Paris: Saur, 1997.
3. LUIGI, Antonella..Esta destinado el principio de procedencia a seguir siendo la base de nuestra profession? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 13, Beijing, 1996. **Actes...** Paris: Saur, 1997
4. COUTURE, Carol et all. **Les fondemenetes de la discipline archivistique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.
5. THOMASSEN, Theo. Continuing professional education and the archival profession. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON PROFESSIONAL TRAINING, 4, 1992. **Actes ...** Paris: Saur, 1994.
6. JARDIM, José Maria. A Universidade e o Ensino da Arquivologia no país. **Estudos e Pesquisa: algumas reflexões sobre ensino e práticas na área de informação**. n.2. Niterói, EDUFF, 1998
7. PEDERSON, Ann E. Development of research programs. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 12, 1992, Montreal. **Actes ...** Paris: Saur, 1994.

8. LOPEZ GOMEZ, Pedro. Formacion archivística: especialistas y/o generalistas. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 12, 1992, Montreal. **Actes ...** Paris: Saur, 1994
9. CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Section pour l'enseignement de l'archivistique et la formation des archivistes. **Repertoire des écoles et des cours de formation professionnelle d'archivistes.** Koblenz: Conseil International des Archives, 1992.
10. THURSTON, Anne. International exchange and cooperation in archival education. **Janus.** Paris, v.2, p.59-62, 1998.
11. COOK, Michael. **Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestions de documentos y la administración de archivos modernos.** Paris: UNESCO, 1982
12. MENNE-HARITZ, Angelika. Archival education: preparing the profession to meet the needs of Society in the twenty-first century. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 12, 1992, Montreal. **Actes ...** Paris: Saur, 1994.
13. UNESCO: General Information Programme. **Harmonization of training in Librarianship, Information Science and Archives.** Paris: UNESCO, 1987
14. ANDERSON, Karen. Distance education on archival education. **Janus.** Paris, v.2, p.37-44, 1998.
15. Atas publicadas na Revista Janus, v2, 1998
16. MININNI-MEDINA, Naná et all. A educação à distância no contexto ibero-americano. <http://ww.abed.org.br> - 10.04.2001
17. Recomendaciones del XIV Congreso Internacional de Archivos. <http://www.mcu.es/> - 10.04.2001
18. GUIMARÃES, José Augusto. Chaves. Perspectivas e tendências no ensino de Graduação no Estado de São Paulo. In: PROBLACIÓN, Dinah A. (Coord.). **Ensino de Graduação em Biblioteconomia no Estado de São Paulo (1989-1991):** estudos curriculares. São Paulo, ECA-USP, 1992.
19. GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981

